

Transporte de massa corre risco, segundo a CBTU

Governo precisa identificar gargalos na infra-estrutura para afastar risco de apagão no sistema de transporte de massa. Foi o que disse no Senado o presidente da CBTU, João Luiz Dias. **Página 8**



CbTVe/veab

Marconi (C) preside debate, ao lado de Amin Murad (E), Paulo Bernardo, Márcio Fortes e João Luiz

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.563 – Brasília, sexta-feira, 30 de março de 2007

Senado aprova mais um projeto contra uso de menor em crimes

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem projeto de Aloizio Mercadante que prevê reclusão de quatro a 15 anos para quem utilizar menor em crime. Na quarta-feira, a Comissão de Justiça havia acolhido proposta que duplica a pena de quem envolver criança ou adolescente em prática delituosa. Também ontem a CDH aprovou proposta que preserva nomes de menores envolvidos em atos relacionados a crimes e infrações. **Página 3**



CbTVe/veab

Mercadante (à dir., ao lado de Sérgio Zambiasi e Wellington Salgado) acompanha votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Vítimas da talidomida poderão ser indenizadas

Portadores da síndrome devem ser indenizados, segundo projeto de Tião Viana aprovado ontem. Comissão de Direitos Humanos acolheu ainda proposta de Antônio Carlos Valadares que visa tornar mais efetivo o combate ao câncer de próstata. **Página 3**

Isis/Cluz



À mesa com Heráclito Fortes, Celso Amorim (E) fala na Comissão de Relações Exteriores

Amorim apóia realização da Rio+20 no Brasil

O ministro das Relações Exteriores disse que o governo poderá adotar a proposta – defendida por vários senadores – de realização em 2012, no Brasil, de nova conferência internacional sobre meio ambiente. **Página 7**

Atentado racial na UnB gera protestos

Senadores pedem punição de possível crime racial na UnB: a queima de alojamento de estudantes africanos. **Página 4**



Em reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, parlamentares criticam o presidente da República por impedir a criação de Fundo de Desenvolvimento Regional

Senadores querem derrubar vetos a projetos da Sudam e da Sudene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promoveu reunião para analisar os vetos presidenciais aos projetos que recriaram as superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam), aprovados pelo Congresso por ampla maioria. A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), sugeriu que os partidos repassem informações sobre a essência dos vetos a todos os senadores e deputados, com o fim de angariar apoio para derrubá-los.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a realização de reuniões por bancadas estaduais, com o objetivo de conscientizar os representantes de cada estado. Para Tasso Jereissati (PSDB-CE), os cortes esvaziaram as novas agências de desenvolvimento. Conforme observou, ao vetar a criação do Fundo de Desenvol-



Lúcia Vânia, presidente da CDR, e Tasso Jereissati (D), na reunião que analisou vetos

vimento Regional, alegando que na região somente há empresas pequenas que não precisam desse fundo, o governo inviabilizou a regionalização dos investimentos orçamentários.

Na avaliação de César Borges (DEM-BA), há um descompromisso do governo com a superação das desigualdades regionais. Também o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE)

considerou que foi um equívoco o governo vetar esses projetos, porque eles foram objeto de acordo político amplo entre todos os partidos representados no Congresso Nacional.

Na mesma reunião, a CDR acolheu requerimento de Flexa Ribeiro que convida o ministro das Cidades, Márcio Fortes, para debater legislações de interesse específico dos municípios.

Comissão examina mudança no programa de habitação

A votação do projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que altera dispositivos da lei que criou o Programa Especial de Habitação Popular (Pehp) foi adiada para a próxima semana. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai apreciar a proposta em decisão terminativa.

A proposição (PLS 351/05) abre espaço para que cooperativas, associações, mutirões habitacionais, construtoras e iniciativas

coletivas ou individuais possam executar as ações financiadas com recursos do programa habitacional. O foco é a construção de casas populares, a compra de material de construção e a urbanização de assentamentos.

A proposta determina ainda a criação de conselhos de habitação popular para deliberar sobre a alocação de recursos, incluindo sua análise e fiscalização, além da aprovação e execução de projetos. Também proíbe a transferência

ou comercialização, pelo prazo de dez anos, dos imóveis (com área acima de 50 metros quadrados) adquiridos com recursos do Pehp.

O relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), é favorável à aprovação da matéria, por entender que as alterações propostas por Simon representarão um instrumento a mais para ajudar o país a reduzir o déficit habitacional e dar melhores condições de vida a milhões de brasileiros.

Couto e Malta cobram medidas para conter o crescimento da violência

A ampliação das penitenciárias federais e a criação de uma comissão permanente no Senado para tratar exclusivamente de questões ligadas à segurança pública foram defendidas ontem em Plenário pelos senadores Mário Couto (PSDB-PA) e Magno Malta (PR-ES).

O senador pelo Pará cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva providências urgentes para resolver ou pelo menos minimizar o problema da violência no país. Já Magno Malta sugeriu ao presidente que convoque os empre-



Mário Couto espera que o governo adote providências para reduzir a criminalidade

sários brasileiros a participarem da construção de presídios de segurança máxima no país.

Dívida do Rio Grande do Sul é "impagável", afirma Zambiasi

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou ontem que o governo do Rio Grande do Sul enfrenta graves problemas estruturais em função do aumento da dívida estadual, considerada "impagável", conforme frisou. Zambiasi solicitou a ajuda do Senado para impedir o que classificou como "a inviabilização do estado", decorrente do aumento gradual da dívida.

Segundo o parlamentar, o Rio Grande do Sul vem enfrentando déficits primários e orçamentários recorrentes desde a década de 70



Zambiasi pede ajuda do Senado para impedir a "inviabilização" do estado

e não encontra mais "formas paliativas de enfrentamento desses desajustes".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão de hoje, às 9h, é não-deliberativa. Sem o exame de propostas, ela é destinada a debates de parlamentares, comunicados da Mesa e das lideranças, além da apresentação de propostas. Na próxima semana, estão previstas as votações das cinco medidas provisórias e dos dois projetos de conversão que estão trancando a pauta.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, César Borges, Sibá Machado, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp e Inácio Arruda



Para Tuma, fusão das polícias estaduais não contribuiria para reduzir a violência

Tuma defende mais treinamento de forças policiais

Romeu Tuma (DEM-SP) contestou ontem, em Plenário, o argumento de que a fusão das polícias civis e militares poderá contribuir para a redução da criminalidade. O senador é contra a proposta de emenda à Constituição (PEC 21/05) que dá autonomia aos estados para legislar sobre segurança pública, inclusive quanto à unificação das corporações policiais.

– Melhor seria, objetivando incrementar a eficiência policial, concentrar o fenomenal esforço dialético não na unificação, mas, sim, na exigência de capacitação do policial, principalmente daqueles que sabemos necessitar de mais treinamento e reciclagem.



Malta afirma que medida pode ajudar na luta contra a superpopulação carcerária

Magno Malta propõe controle eletrônico de condenados

Magno Malta (PR-ES) anunciou projeto de sua autoria que prevê o monitoramento eletrônico de condenados. A proposição, que altera o Código Penal e a Lei de Execução Penal, modifica as regras do regime aberto.

Ele destaca argumentos favoráveis ao uso do controle eletrônico, tais como melhor inserção do condenado, evitando-se a ruptura dos laços familiares e a perda do emprego; o reforço na luta contra a superpopulação carcerária; e a economia de recursos, já que a chamada “pulseira eletrônica” custaria 22 euros por dia, contra 63 euros por dia de detenção.

Projeto que combate com rigor a utilização de criança ou adolescente em ação delituosa pode seguir logo ao exame da Câmara

Uso de menor em crime pode ser punido com até 15 anos de prisão

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP) que prevê reclusão de quatro a 15 anos para quem utilizar ou auxiliar criança ou adolescente na prática de crime. Incorre na mesma pena quem instigá-los a cometer delitos. A proposta atende à necessidade de uma legislação mais severa a quem induz menores a ações delituosas, destaca o relatório da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), lido pelo senador César Borges (DEM-BA).

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), o projeto (PLS 118/03) de Mercadante, ao punir adultos que envolvem menores em crimes, pode contribuir de forma mais adequada para o combate à violência no país. O senador cearense salientou que são pessoas adultas e qualificadas que comandam o crime organizado e as crianças e adolescentes são apenas recrutados, sendo eliminados em seguida.

– Crime organizado não é coisa de favela e periferia; crime organizado é coisa de gente qualificada e que tem movimentado bilhões de reais – enfatizou.



Paim, ao lado de Cícero Lucena, preside reunião da Comissão de Direitos Humanos

A senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE) ressaltou que a punição mais severa para os adultos que utilizam crianças em atividades criminosas é “um caminho sensato e acertado”, uma vez que o percentual de delitos cometidos por crianças e adolescentes é muito pequeno. A seu ver, os jovens brasileiros são “mais vítimas do que algozes”.

Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania havia aprovado proposta da Câmara que duplica a pena de quem envolver menor em ação delituosa.

Privacidade

Na mesma reunião, a Comissão de Direitos Humanos também

aprovou projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que visa proibir a divulgação de nomes de crianças e adolescentes que constem de atos judiciais, policiais ou administrativos relacionados a crimes, contravenções ou práticas infracionais.

A proposição (PLS 178/03), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), foi acolhida pelo colegiado na forma de substitutivo. Por isso, será submetido a votação suplementar na comissão, para que os senadores possam apresentar emendas que aprimorem o novo texto. A matéria tramita na CDH em caráter terminativo.

César Borges pede que ministra explique entrevista

A Comissão de Direitos Humanos poderá convidar a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para falar sobre entrevista que concedeu à agência BBC Brasil, na qual teria considerado natural o racismo de negro em relação a branco. A solicitação foi feita ontem pelo senador César Borges (DEM-BA).

O senador propôs ainda a discussão pelo colegiado de episódio que envolveria comportamento racista: o incêndio na Universidade de Brasília (UnB), na madrugada de terça-feira, em quartos de estudantes africanos.

Por sua vez, Flávio Arns (PT-PR) requereu audiência pública para discutir a regulamentação de medicamentos e dosagens estabelecida pelo Ministério da Saúde. Ele explicou que a questão é definida em portarias com base no orçamento da pasta, “o que prejudica as pessoas que dependem dos remédios oferecidos pelo Estado”.

Arns informou ter recebido documento que denuncia o que foi denominado de “exterminio ou homicídio autorizado” de pessoas doentes que necessitam de tais medicamentos e estão impedidas de utilizá-los em decorrência de normas do ministério.

Venda da Ipiranga será debatida em audiência

A compra do grupo Ipiranga pelo consórcio formado por Petrobras, Braskem e Ultra será tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, na quarta-feira, em conjunto com as comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o senador Flávio Arns (PT-PR), a audiência poderá contar, ainda, com a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), conforme requerimento de sua autoria.

O senador explicou que é necessário o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) se pronunciar a respeito da legalidade da referida venda. A seu ver, a operação pode caracterizar ocorrência de crime contra a ordem econômica.

Em relação a “aumentos abusivos” no preço dos combustíveis praticados no país, especialmente em véspera de feriados, Flávio Arns disse que encaminhou requerimento à Comissão de Meio Ambiente solicitando informações ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e a outras instituições. Ele destacou que apenas cinco distribuidoras estão operando no país – Shell, Texaco, Esso, Ipiranga e BR Distribuidora –, o que deve facilitar a investigação.

União deverá indenizar vítimas da talidomida

Portadores da deficiência física conhecida como síndrome da talidomida poderão receber indenização da União por danos morais, conforme projeto aprovado, ontem, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A proposta, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), recebeu substitutivo apresentado pela relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), e, por esse motivo, ainda será votada em turno suplementar.

De acordo com o projeto (PLS 156/06), que terá decisão terminativa na CDH, cerca de 280 pessoas vítimas da síndrome serão indenizadas pela União, considerada responsável pelos danos, segundo decisões da Justiça. A talidomida foi utilizada por mulheres grávidas em medicamentos contra o enjôo nos anos 1950 e 1960 e causou graves deformidades nos membros superiores e inferiores dos fetos.

Câncer

O colegiado aprovou ainda, em decisão terminativa, parecer de Papaléo Paes (PSDB-AP) favorável a projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata (Lei 10.289/01), para garantir maior efetividade no combate à doença. Pela proposta (PLS 34/05), a idade mínima da população-alvo do programa passa de 40 para 50 anos.

Outro projeto aprovado em decisão terminativa foi o de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO) que obriga as concessionárias de serviços públicos a imprimir, a pedido do usuário, faturas em braile. O relator Paulo Paim (PT-RS) salientou que a proposta (PLS 196/06) facilita o acesso das pessoas com deficiência visual ao documento, o que pode contribuir para que elas tenham maior autonomia em sua vida cotidiana.



Iniciativa de Tião Viana, aprovada pela comissão, pode beneficiar 280 pessoas

Inácio Arruda lembra morte de jornalista

O falecimento do humanista, jornalista e escritor José Blanchard Girão, ocorrido esta semana em Aquiraz (CE), foi registrado em Plenário por Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O parlamentar lembrou que o escritor foi protagonista de episódios marcantes na luta pela democratização do país.

Blanchard Girão foi editor-chefe dos jornais O Povo e JD (Jornal do Dorian), articulista de O Povo e O Estado de S. Paulo e autor dos livros de memória O Liceu e O Bonde na paisagem sentimental da Fortaleza Província.

Homenagem ao marechal Rondon

Jayme Campos (DEM-MT) requereu a realização de sessão especial no dia 3 de maio em homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, que nasceu em 5 de maio de 1865, em Mimoso (MT).

O senador propõe comemorar o centenário de inauguração da linha telegráfica Cuiabá-Santo Antônio da Madeira, ocorrida em 1907, primeira a alcançar a região amazônica, dando início ao processo de ocupação e integração do país.

– Isso só foi possível graças à bravura e ao heroísmo do marechal Rondon – disse.

Cultivo de pinhão para biodiesel

Jonas Pinheiro (DEM-MT) anunciou o plantio em larga escala da oleaginosa pinhão-manso em seu estado, para a produção de biodiesel.

A previsão, de acordo com o senador, é de que sejam cultivados cerca de 20 mil hectares dessa planta, “que apresenta nos primeiros anos de produção rendimento médio de quatro toneladas de sementes por hectare nas lavouras da região”.

Segundo Jonas Pinheiro, a produtividade será ainda maior dentro de quatro anos, quando as lavouras, que não são de ciclo anual, atingirem a maturidade.

Senadores, deputados e representantes do governo prestam solidariedade à Universidade de Brasília por crime praticado contra estudantes de intercâmbio de países africanos



Cristovam, Valkíria de Andrade (da Polícia Federal), Aldo, Timothy Mulholland, Paim, Janete Pietá e Mesquita Júnior, na reitoria da UnB

Parlamentares visitam UnB e repudiam possível crime racial

Paulo Paim (PT-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Cristovam Buarque (PDT-DF) visitaram a Universidade de Brasília (UnB) ontem para prestar solidariedade à instituição pelo possível crime racial praticado na quarta-feira, quando pessoas ainda não-identificadas atearam fogo nas portas de quatro apartamentos da Casa do Estudante Universitário (CEU), onde residem estudantes de intercâmbio de países africanos.

Os senadores, os deputados

Vieira da Cunha (PDT-RS), Janete Pietá (PT-SP) e Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e representantes da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ligada à Presidência da República, reuniram-se na reitoria da UnB com o reitor da instituição, Timothy Mulholland.

O reitor comunicou que a universidade, em virtude do crime, instituiu o dia 28 de março como o Dia da Igualdade Racial da UnB. Após o encontro, Paim anunciou a realização de audiência pública

na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, na terça-feira, para discutir o crime com representantes dos três Poderes e da UnB. Para Cristovam, o fato demonstra que há um recrudescimento do preconceito racial no país. Mesquita Júnior avalia que o crime é fruto de “intolerância e preconceito”.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou ontem requerimento de voto de solidariedade aos estudantes africanos que vivem na Casa do Estudante.

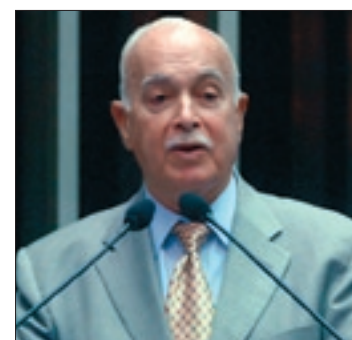
Projeto de ACM prioriza tramitação de processos por omissão do Estado

Os processos referentes a reparação de danos por ação ou omissão de profissional ou instituição de saúde; ação ou infração criminosa; ação ou omissão atribuída à União, estados ou municípios; e incidente ocorrido no âmbito das relações de consumo poderão ter prioridade ao tramitar na Justiça. Esse é o objeto de proposição do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), que foi encaminhada à Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) para decisão terminativa.

– Essa lei será um instrumento de defesa importante para o cidadão vitimado pela violência, pelo descaso ou pela irresponsabilidade do Estado ou pelos maus-tratos dos profissionais ou empresários – disse Antonio Carlos ao apresentar o PLS 159/07 em Plenário.

O parlamentar ressaltou que as pessoas que não dispõem de recursos financeiros para contratar ser-

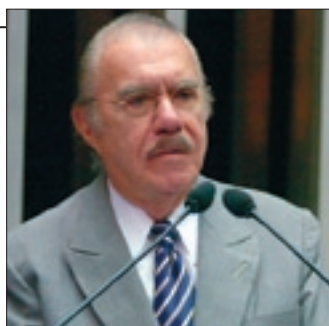


Antonio Carlos frisa dificuldade daqueles que recorrem às defensorias públicas

viço advocatício e são obrigadas a recorrer às defensorias públicas assistem a seus processos serem relegados a segundo plano.

Sarney quer zonas de processamento de exportação

José Sarney (PMDB-AP) pediu apoio ao Plenário para a aprovação do projeto que cria no Brasil as zonas de processamento de exportação (ZPEs). A proposta (PLS 146/96) foi acolhida com modificações pela Câmara e tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)



Sarney pede apoio à criação de áreas de livre comércio com o exterior

do Senado, relatada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

As ZPEs são áreas de livre

comércio com o exterior, onde empresas que produzem para o mercado externo poderão se instalar e se beneficiar com a isenção de impostos. Sarney informou que a China já implantou 124 áreas desse tipo em seu território, sendo esta uma das explicações para o acelerado crescimento da economia daquele país.

O senador disse que a instalação das ZPEs permitirá ao Brasil alcançar maior inserção no comércio internacional.

Grupo de trabalho debate discriminação contra homossexuais

O projeto de lei que tipifica como crime a discriminação contra homossexuais começou a ser discutido ontem pelo grupo de trabalho criado para esse fim pela Comissão de Direitos Humanos.

Durante o debate, evangélicos como o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e o deputado Henrique Afonso (PT-AC) declararam respeito aos homossexuais, mas questionaram como será tratado quem professar sua religiosidade e não conceber a prática do homossexualismo dentro de seus valores, caso a proposta (PLC 122/06) seja aprovada.

Fátima Cleide (PT-RO), que coordena o grupo, e o assessor da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (ABGLT), Caio Varela, destacaram que o projeto não se opõe às religiões, mas visa classificar como crime o preconceito que leva uma pessoa a ser assassinada, a ser excluída de uma escola ou de um emprego.

Também participaram da reunião Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC); o padre Cláudio Delfino, da CNBB; Ivair Augusto dos Santos, assessor especial da Secretaria dos Direitos Humanos; e Toni Reis, presidente da ABGLT.

Agripino pede voto de lembrança a Arthur Virgílio Filho

Os 20 anos da morte do ex-senador Arthur Virgílio Filho, que transcorrerão no próximo dia 31, motivaram José Agripino (DEM-RN) a apresentar requerimento solicitando a inserção em ata de voto de lembrança pela data. Segundo Agripino, Virgílio era “rápido como um raio e nacionalista por convicção”. Defendeu os princípios de autodeterminação, não-intervenção e não-alinhamento do Brasil nas disputas entre os blocos hegemônicos internacionais.

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho é pai do atual senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM). Os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Tião Viana (PT-AC), Heráclito Fortes (DEM-PI), Jayme Campos (DEM-MT), Mário Couto (PSDB-PA) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apoiaram o requerimento e cumprimentaram Arthur Virgílio Neto.

Agripino também requereu voto de pesar pela morte do escritor e sertanista Oswaldo Lamartine de Faria, aos 87 anos, ocorrida quarta-feira, em Natal.



César Borges diz que PF confirmou o desvio de R\$ 39 milhões do Banco do Brasil

César Borges cobra punição para mensaleiros

César Borges (DEM-BA) disse esperar que a Justiça promova a punição dos responsáveis pelo esquema do mensalão, cujos nomes foram apontados pelo “excelente trabalho” da CPI dos Correios e citados pelo Ministério Público.

O senador comentou matéria do jornal Folha de S. Paulo segundo a qual a Polícia Federal confirmou o desvio de R\$ 39 milhões do Banco do Brasil para o pagamento de subvenções a parlamentares em troca de apoio político.

De acordo com Borges, hoje o mensalão continua, “não mais pelo valerioduto, mas por meio do fisiologismo puro e simples, da troca de cargos”.

Líderes do DEM e do PSDB comemoram, em discursos, liminar do Supremo Tribunal Federal suspendendo a votação que arquivou requerimento de criação da CPI do Apagão Aéreo

Agripino e Virgílio afirmam que STF respeitou direito da minoria

O líder dos Democratas, senador José Agripino (RN), comemorou ontem, em Plenário, a decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que concedeu liminar, em mandado de segurança impetrado pelo PSDB, PPS e PFL (atual DEM), suspendendo a votação realizada no Plenário da Câmara que arquivou a proposta de criação da CPI do Apagão Aéreo. O tribunal determinou o desarquivamento do requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito até o julgamento do mérito da matéria.

– Espero ver a instalação efetiva em pequeno prazo. Um juiz isento prestigiou as minorias, com o direito que é peculiar, e a sociedade, que não agüentava mais tanta confusão – disse José Agripino, referindo-se ao relator do mandado de segurança, minis-



José Agripino espera que a comissão da Câmara seja instalada em curto prazo

tro Celso de Mello.

Por sua vez, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a suprema corte correspondeu àquilo que ele imaginava.

– Não vejo por que o STF iria negar o direito de a minoria investigar o governo da maioria. A CPI implica muita responsabilidade. A oposição não deve fazer



Virgílio: investigação “vai esclarecer o drama que aflige a todos os brasileiros”

uma CPI contra o governo, mas esclarecer um drama que aflige a todos os brasileiros. É um desejo da opinião pública.

Virgílio também defendeu o ministro Gilmar Mendes das denúncias do Ministério Público de enriquecimento ilícito e de ter incorrido no crime de improbidade administrativa.



Kátia Abreu comemora liminar que favorece criação da CPI do Apagão Aéreo

Kátia Abreu aplaude decisão do TSE a favor dos partidos

Kátia Abreu (DEM-TO) comemorou ontem o entendimento anunciado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que os mandatos obtidos por meio de eleições proporcionais pertencem aos partidos e não aos candidatos. A senadora também aplaudiu a concessão de liminar pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello derrubando recurso do PT contrário à instalação da CPI do Apagão Aéreo. Ao se referir à crise da aviação brasileira, ela sugeriu ao ministro da Defesa, Waldir Pires, que reconheça não ter condições de permanecer no cargo.

A senadora defendeu ainda a privatização dos aeroportos do país. Kátia Abreu lembrou que os principais aeroportos do mundo, com grande fluxo de aviões, funcionam sem problemas sob o comando da iniciativa privada.

Mão Santa pede redução de impostos sobre salários

O senador Mão Santa (PMDB-PI) citou em Plenário estudo do economista e ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, especialista em relações do trabalho, segundo o qual quem emprega conforme a lei arca com um custo adicional equivalente a 103% da remuneração de cada funcionário. O resultado de uma legislação ultrapassada, de acordo com o estudo, são 60% dos trabalhadores na informalidade, o equivalente a 48 milhões de brasileiros, contra 32 milhões que trabalham com carteira assinada.

– O corte de um ponto percentual nos tributos sobre salários permitiria gerar 900 mil empregos – afirmou Mão Santa, citando o trabalho de Pastore e pedindo urgência nas reformas trabalhista e tributária. Ele alertou para o desestímulo dos setores produtivos em fazerem investimentos, resultado do excesso de impostos.

Jarbas Vasconcelos analisa “novela ministerial” do presidente Lula

Ao analisar ontem a reforma ministerial, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse da tribuna que “depois das metáforas futebolísticas e das referências familiares que serviam para aliviar a rispidez dos pronunciamentos oficiais, agora, desde o início da montagem do ministério do seu segundo mandato, o presidente tem demonstrado sua vocação para autor de novelas”.

Na opinião do senador, um

momento emblemático na “novela ministerial” foi a declaração feita pelo presidente de que com os ministérios da Educação e da Saúde “não se brinca”.

Jarbas Vasconcelos destacou que a demissão do primeiro ministro da Educação do governo Lula, senador Cristovam Buarque (PDT-DF) – e a nomeação de sucessores que não deram continuidade administrativa aos projetos iniciados –, e o escândalo dos



Jarbas: Lula descobriu agora importância dos ministérios da Saúde e da Educação

sanguessugas comprovam que foi recente a descoberta do chefe do governo sobre a importância das duas pastas.

Renan comparece à posse de cinco novos ministros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, compareceu ontem, no Palácio do Planalto, à posse dos ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; dos Transportes, Alfredo Nascimento (que deixou o Senado na quarta-feira); do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; da Previdência Social, Luiz Marinho; e da Comunicação Social, Franklin Martins.

Ao empossar os novos ministros, o presidente Lula afirmou que o país está precisando de uma televisão pública realmente educativa; elogiou o crescimento das reservas comerciais brasileiras; assegurou que não será necessário o Brasil jogar sobre os pobres a responsabilidade pelo déficit previdenciário; e disse ter certeza de que hoje o país tem para o setor de transportes o melhor plano que já teve na história.



Renan (E) acompanha posse dos titulares de cinco pastas: mais uma etapa da reforma ministerial do segundo mandato de Lula



Claudio Claudino apóia proposta, em tramitação na Câmara, de desmembramento do Piauí

João Claudino defende criação do estado do Gurguéia

O senador João Claudino (PTB-PI) manifestou apoio à criação do estado do Gurguéia, a partir do desmembramento do estado do Piauí. A proposta está contida no Decreto Legislativo 439/94, que aguarda votação no Plenário da Câmara e, posteriormente, será encaminhado ao Senado.

Claudino disse que a base econômica e a sustentabilidade socioespacial são essenciais para a viabilização de uma nova unidade federativa, frisando que o estado do Gurguéia tem esse potencial.

– O Piauí se tornaria um estado mais enxuto e integrado. O Gurguéia ainda seria maior que 12 estados brasileiros, e o novo Piauí maior que sete – afirmou.

Líder do governo negocia com Ministério do Planejamento mudança que deverá ser examinada em sessão conjunta do Senado e da Câmara na próxima terça-feira

Municípios poderão reduzir contrapartida no PPI, diz Jucá

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), informou ontem, após reunião com os demais líderes partidários, que irá discutir com o Ministério do Planejamento na próxima segunda-feira a diminuição do limite mínimo de contrapartida dos municípios no Projeto Piloto de Investimentos (PPI).

– O limite de 10% é pesado para os municípios menores – disse.

A mudança em negociação será incluída, por meio de emenda do relator, no projeto de lei do Congresso (PLN 1/07) que deverá ser apreciado em sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados na próxima terça-feira, a partir das 11h.

A proposta prevê um aumento do PPI equivalente a 0,3% do produto interno bruto (PIB), o que possibilitará a incorporação de R\$ 6,69 bilhões ao investi-



Romero Jucá admite que limite de 10% é pesado para os municípios menores

mento anteriormente previsto, totalizando R\$ 11,28 bilhões. Essa elevação é considerada fundamental para que a União amplie sua capacidade de investimento em infra-estrutura, viabilizando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo informação publicada na página do Tesouro Nacional na

internet, “o PPI foi lançado em 2005, com o objetivo principal de melhorar a qualidade e eficiência do gasto público, através do rigoroso processo seletivo dos projetos, planejamento detalhado das ações, garantia do fluxo de recursos necessários ao seu andamento e monitoramento da execução física e financeira”.

Em 2005, teriam sido empenhados R\$ 3,2 bilhões para projetos de “elevado impacto econômico e retorno fiscal” em infra-estrutura de rodovias, metrô, ferrovias, portos, perímetros de irrigação, pesquisa e desenvolvimento nos setores de prospecção de petróleo, meteorologia e administração fazendária.

Para 2006, foi prevista destinação de R\$ 3 bilhões, recursos majoritariamente aplicados na continuidade dos projetos selecionados em 2005.

Sibá comemora crescimento do PIB e aumento das exportações

Ao discursar em Plenário, Sibá Machado (PT-AC) comemorou a revisão de dados feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que recalculou o crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro em 2006 para 3,7%. O fato, disse o senador, coloca o Brasil entre os países que já têm PIB superior a US\$ 1 trilhão: o PIB brasileiro em 2006 ficou em US\$ 1,067 trilhão.

O Brasil deve comemorar também, frisou o senador, o aumento das exportações, que ao final do

segundo governo de Fernando Henrique Cardoso chegaram a US\$ 60 bilhões, enquanto hoje alcança quase US\$ 140 bilhões.

Citando reportagem de O Estado de S. Paulo, Sibá Machado celebrou o fato de mais de 8 milhões de brasileiros terem deixado a faixa de baixa renda para ascender “a níveis da população com maior poder de consumo”. Em 2005, ressaltou o senador, as camadas D e E reuniam 92,9 milhões de brasileiros (51% da população), número que caiu para 84,8 milhões (46% da população)



Sibá: mais de 8 milhões de brasileiros deixaram a faixa de renda baixa

no ano passado.

Os dados são da pesquisa O Observador 2007, informou Sibá, realizada pela financeira francesa Cetelem, em parceria com o instituto de pesquisas Ipsos Public Affairs.

Cafeteira defende ética e diálogo construtivo

Após se recuperar de problemas de saúde, Eptácio Cafeteira (PTB-MA) disse ontem que é preciso atuar no sentido de restabelecer a credibilidade do Parlamento como fórum de discussões e decisões que equacionem os grandes problemas nacionais e fortaleçam a democracia.

– É nosso dever contribuir



Cafeteira quer restabelecimento da credibilidade do Parlamento

para que o cenário político brasileiro seja o mais ético possível, nele prevalecendo negociações limpas, diálogos construtivos, respeito às diver-

gências e consensos voltados para o bem comum – ressaltou Cafeteira.

O Congresso é “um dos três pilares do edifício democrático e não pode vergar nem sofrer corrosão”, frisou o senador, defendendo uma convivência harmônica entre os três Poderes.

Cafeteira foi saudado, em apartes, pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Sibá Machado (PT-AC), Romeu Tuma (DEM-SP), Fernando Collor (PTB-AL), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e João Vicente Claudino (PTB-PI).



Orlando de Sá Neto diz que sistema é mais acessível que o do governo federal

Siga Brasil é apresentado em mostra de soluções em tecnologia

Integrar todas as bases de dados dos órgãos da União em um único banco de dados de planos e orçamentos públicos e propiciar à população o acesso a essas informações por meio de uma ferramenta de busca simples. Esse é o objetivo do sistema Siga Brasil, criado há oito anos por integrantes da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal, e que foi apresentado ontem aos inscritos da 6ª Mostra de Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicações Aplicadas ao Setor Público. O

evento está sendo realizada desde terça-feira no Centro de Convenções, em Brasília.

O sistema foi apresentado pelos consultores legislativos da Casa Rita de Cássia dos Santos e Orlando de Sá Neto. Eles garantem que o Siga Brasil é mais fácil que o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Dados que vão desde a proposta orçamentária do Executivo para determinada área até as alterações feitas no Congresso podem ser obtidos por qualquer pessoa mediante pesquisa no site.

Projeto de Eduardo Suplicy dá autonomia a cooperativas

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem a reapresentação de projeto de lei de 1999 destinado a regulamentar a atividade cooperativista. Conforme o senador, o projeto tem em vista a transformação das cooperativas em instituições autônomas, em consonância com uma sociedade democrática, mas sem ferir a Constituição.

Suplicy explicou que a legislação referente às cooperativas precisa se adequar à Constituição federal, aprovada em 1988. A Lei nº 5.764/71, ainda em vigor, está, segundo ele, “defasada no tempo”. Criada para promover as cooperativas agrárias, não levou em conta diversas outras mani-



Suplicy afirma que a lei precisa se adequar à Constituição federal

festações do cooperativismo que surgiram nas décadas posteriores. Uma mudança significativa foi o decréscimo das cooperativas agrárias em relação ao total das existentes no Brasil.

Ideli e Virgílio requerem aplauso a mulheres empreendedoras

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) encaminhou requerimento de voto de aplauso à catarinense Cristina Marques, vencedora na região Sul do Prêmio Sebrae Empreendedora 2006. Ideli lembrou que Cristina é autora de um projeto implantado em Blumenau (SC), que tornou possível a transformação de duas toneladas de lixo em

132 mil livros distribuídos em escolas públicas daquele município.

Outro voto de aplauso foi requerido pela senadora e também pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para a empreendedora amazonense Solange Vale de Castro, por ações sociais que empreendeu no seu estado.



Paim registra participação de Danielle Mitterrand em debate sobre a água

Paim destaca atuação de Danielle Mitterrand

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a participação de Danielle Mitterrand – viúva do ex-presidente da França François Mitterrand – em reunião da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, com a Frente Parlamentar Ambientalista. Ele exaltou o trabalho de Danielle, hoje presidente da France Libertés Fondation, na defesa do acesso a água como direito humano. Paim lembrou que 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável no mundo e que 3,5 mil crianças morrem a cada dia em consequência da falta de água.

Em seu pronunciamento, Paim protestou contra o que classificou como “ato terrorista” praticado no alojamento da Universidade de Brasília, contra alunos estrangeiros negros. As portas dos apartamentos onde moram dez estudantes africanos foram incendiadas na quarta-feira.

Sibá parabeniza TV Senado por prêmio de jornalismo

Sibá Machado (PT-AC) apresentou ontem voto de aplauso à TV Senado pela conquista do 2º lugar na 5ª edição do Prêmio de Jornalismo Docol, do Ministério do Meio Ambiente. De acordo com Sibá, a edição do programa Repórter Senado intitulada O desafio das águas, veiculada em setembro de 2006, foi premiada como um dos melhores trabalhos jornalísticos do ano.

– Parabenizo os profissionais da TV Senado, todos eles, especialmente Paulo Acrísio Figueiredo, Gustavo Portal, Márcia Torres, Tony Brown, Carlos Eduardo e Cláudia Lisboa – disse, referindo-se aos funcionários da TV que trabalharam no programa.

A comissão julgadora do prêmio analisou 189 reportagens que versavam sobre a escassez de água potável no mundo e selecionou as melhores.

Em audiência, ministro das Relações Exteriores diz que país tem credibilidade para atrair a Rio+20, mas argumenta que a sede do órgão ambiental da ONU deve permanecer na África

Amorim apóia realização de nova conferência ambiental no Brasil

O governo poderá adotar a proposta – defendida por diversos senadores – de realização em 2012, no Brasil, de nova conferência internacional de meio ambiente, a Rio+20, segundo afirmou ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida por Heráclito Fortes (DEM-PI), Amorim comentou sobre proposta de se criar uma agência internacional de meio ambiente.

A Rio+20 abriria a possibilidade de revisão das atuais metas de redução da emissão de gases do efeito estufa, ressaltaram os senadores.

– Poucos países terão a legitimidade do Brasil para atrair uma conferência como essa – disse Amorim, em resposta a questionamento de Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor do requerimento para realização da audiência.

Aloizio Mercadante (PT-SP)



Celso Amorim (E) fala aos senadores integrantes da CRE, presidida por Heráclito Fortes

sugeriu a transformação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) em uma agência, com sede no Brasil. Em resposta, Amorim afirmou que o Pnuma – ou a agência que vier a substituí-lo – deveria permanecer na África.

Diante do argumento de Fernando Collor (PTB-AL) de que algum outro órgão internacional poderia

ser instalado na África, Amorim admitiu rever sua posição.

Também participaram do debate os senadores Paulo Duque (PMDB-RJ), Romeu Tuma (DEM-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Azevedo (PSDB-MG) e Mão Santa (PMDB-PI).

Ideli quer licença do Ibama para rede elétrica submarina em SC

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), cobrou ontem do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a concessão de licença ambiental para a implantação de um cabo submarino de energia elétrica ligando a ilha de Santa Catarina – onde fica a capital do estado, Florianópolis – ao sistema elétrico nacional.

Ela acusou o órgão de demorar demasiadamente a autorizar a obra e de não apresentar nenhuma

explicação para o atraso.

De acordo com a senadora, a obra é de extrema importância, uma vez que, devido à precariedade do atual sistema de transmissão, a capital de seu estado vem sofrendo frequentes interrupções no fornecimento de energia.

– Se a licença não sair para que a obra seja iniciada, chegaremos ao fim do ano e ao carnaval com situação pior do que a atual, porque Florianópolis está explodindo; há



Obra permitirá suprir crescente demanda por energia em Florianópolis, diz Ideli

vários shopping centers, um crescimento imobiliário fantástico. Somente o crescimento vegetativo já aumenta em 5% ao ano a demanda da energia – alertou.

Marconi elogia CNBB e a Campanha da Fraternidade

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) elogiou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pela Campanha da Fraternidade de 2007, cujo tema é “Fraternidade e Amazônia – Vida e missão neste chão”. Ao falar ontem em Plenário, Marconi relembrou as campanhas da Fraternidade promovidas



Entidade completará 55 anos no dia 5 de maio, lembra Marconi Perillo

nos últimos dez anos, que trataram de assuntos como política, população carcerária, educação, paz, desempregados, pessoas idosas, povos indígenas, água e

pessoas com deficiência. O senador ressaltou ainda a importância da entidade para o país.

– Não se pode mensurar o papel que a CNBB tem exercido no Brasil, pois seus diversos projetos e ações têm sido grandiosos demais para que possamos destacar qual deles é o mais importante – elogiou.

Marconi informou que, no dia 5 de maio, serão comemorados os 55 anos da expedição da carta de convocação da assembléia de instalação da CNBB, realizada em 1952.



Renato Casagrande sugere proposta articulada entre ministérios envolvidos

Casagrande cobra política nacional de mudança climática

Renato Casagrande (PSB-ES) defendeu ontem a importância da definição, pelo Brasil, de uma política nacional de mudanças climáticas. Relator da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, o senador informou que, durante audiência pública conjunta realizada na quarta-feira pelas duas subcomissões que analisam o aquecimento global, no Senado, ficou clara a necessidade de o Brasil estabelecer uma política articulada, “com um caráter de transversalidade entre os ministérios envolvidos”, voltada para estudar e propor medidas capazes de frear esses desequilíbrios.

Flexa Ribeiro pede que governo analise acordo sobre reserva

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) dirigiu ontem apelo ao governo federal para que não formalize a criação da reserva indígena dos apyterewas, no sul do Pará, sem antes analisar acordo que foi feito em 2005 entre índios e não-índios que a Fundação Nacional do Índio (Funai) estaria se recusando a homologar.

O senador também apelou à governadora Ana Júlia Carepa para que coloque em operação um hospital em Santarém, no oeste do Pará. Com área de quase 18 mil metros quadrados, o hospital está pronto para entrar em funcionamento desde dezembro.



Flexa Ribeiro pede ao governo que não formalize logo reserva dos apyterewas



Raupp observa que, em 13 anos, receita com as tarifas cresceu quase oito vezes

Bancos faturam alto com tarifas, critica Valdir Raupp

Os ganhos dos bancos com a cobrança de tarifas bancárias foram criticados ontem por Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador observou que, em 13 anos, desde a implantação do Plano Real, esse tipo de receita cresceu quase oito vezes, tendo dobrado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Raupp, em dezembro de 2006, os bancos obtiveram a soma de R\$ 52,8 bilhões em tarifas, quantia que compensaria a perda ocorrida com a diminuição drástica da inflação ocorrida desde 1994. O parlamentar salientou que o crescimento relativo da receita com as tarifas é superior ao da receita total dos bancos.



Mão Santa: como o CPF é exigido por vários órgãos, inscrição deve ser gratuita

Mão Santa pede apoio a projeto que torna o CPF gratuito

Mão Santa (PMDB-PI) pediu na quarta-feira o apoio dos senadores a projeto de sua autoria que torna gratuita a inscrição do cidadão no Cadastro Geral de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda.

O senador argumentou que o cidadão que não tem renda não teria por que fazer sua inscrição no CPF, que existe para controle por parte da máquina fazendária, “mas, como o documento é exigido por diversos órgãos públicos, a inscrição deve ser gratuita”.

A matéria (PLS 289/03) recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Senadores debatem com representantes do governo a situação dos investimentos nos sistemas de trens metropolitanos no país

Transporte de massa corre risco de apagão, diz presidente da CBTU

O sistema de transportes de massa no Brasil vai passar por um grande colapso, “um apagão”, devido ao crescimento urbano, caso o governo não consiga identificar os gargalos na infraestrutura do setor. A opinião é do presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), João Luiz da Silva Dias. Ele foi um dos convidados da audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizada ontem para discutir a situação dos investimentos nos sistemas de trens metropolitanos no país.

Também durante a audiência – que contou ainda com a participação de Amin Alves Murad, diretor-presidente da SuperVia, concessionária de trens urbanos do Rio de Janeiro – os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes, detalharam os projetos do governo para o setor metroferroviário de transporte de massa do Brasil até 2010.

Para o presidente da CBTU, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão para o setor metroferroviário nos próximos quatro anos, não objetiva somente injetar recursos no sistema econômico, mas tam-



Participam da audiência na CI: Murad (E), Paulo Bernardo, Marconi, Fortes e João Luiz

bém identificar os obstáculos na infraestrutura do país.

– E um dos maiores gargalos é exatamente o transporte nas cidades, que concentram 82% da população brasileira. O transporte urbano tem que ser visto como um direito público. Muitos pobres estão excluídos desse tipo de transporte pelo preço – comentou.

Ministros

Paulo Bernardo mostrou o mapa dos cinco principais investimentos previstos para o sistema metroviário de transporte de massa no Brasil, a serem realizados em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo.

– A estratégia do governo federal é trabalhar para aumentar a

sustentabilidade econômica do sistema metroviário de transporte de massa no Brasil, dando prioridade à conclusão de projetos já iniciados e à viabilização da descentralização do setor – explicou.

Já o ministro das Cidades destacou projetos que serão desenvolvidos para melhorar o transporte de trens urbanos em Natal, João Pessoa, Maceió, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Vitória e Teresina.

– Temos que concluir obras fundamentais para a melhoria das condições de vida da população, mas temos que nos preocupar também com a integração da modalidade de transporte com a política de desenvolvimento urbano – afirmou Márcio Fortes.

Minas e Goiás querem recursos do PAC para seus metrôs

Durante a audiência pública realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes, e o presidente da CBTU, João Luiz da Silva, ouviram críticas, reclamações e pedidos dos senadores sobre os projetos de metrôs e trens urbanos.

A bancada de Minas Gerais no Senado – Eduardo Azeredo (PSDB), Eliseu Rezende (DEM) e Wellington Salgado (PMDB) – anunciou que vai apresentar emenda ao Programa de Aceleração do Crescimento visando ampliar os recursos previstos para o metrô de Belo Horizonte. Hoje, estão previstos R\$ 18,9 milhões para a linha 1 e R\$ 167,4 milhões para a linha 2. Mas, conforme Azeredo, apenas para a linha 2 são necessários R\$ 450 milhões.

César Borges (DEM-BA) criticou o PAC por ter, segundo ele,

feito uma redução do projeto do metrô de Salvador de 12 para seis quilômetros. Márcio Fortes garantiu que o projeto prevê 12 quilômetros de extensão.

Quanto ao metrô de Teresina, Heráclito Fortes (DEM-PI) reclamou da falta de execução das obras. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) solicitou a instalação de uma linha de veículo leve sobre trilho (VLT) no trecho Parangaba-Mucuripe, em Fortaleza.

Jayme Campos (DEM-MT) disse ser necessário que a liberação dos recursos para os projetos do PAC se faça de forma transparente, sem interferência partidária. Em resposta, Paulo Bernardo afirmou que é essa a orientação do presidente Lula.

Cícero Lucena (PSDB-PB) cobrou investimentos também na Paraíba, que, em sua opinião, está fora dos grandes projetos, inclusive de metrô e trens urbanos.

Fortes respondeu que há recurso de R\$ 250 milhões para abastecimento d'água no estado.

Goiânia

O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), solicitou aos ministros a inclusão do projeto do metrô de Goiânia no PAC. O senador informou que o projeto, com 15 quilômetros de extensão, foi elaborado durante sua gestão à frente do governo estadual e já teve aprovado financiamento do Banco Mundial, mas está ainda pendente de decisões do governo federal.

Paulo Bernardo informou que o projeto terá de ser incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e enviado ao Congresso.

Marconi perguntou ainda sobre as alterações orçamentárias que deverão ser efetuadas para viabilizar os investimentos pretendidos no PAC. Fortes disse que os novos projetos serão aprovados pelo Grupo de Gerenciamento do PAC.

Azeredo cobra mais investimentos

“Há mais de uma década que os sistemas de trens no Brasil não têm passado pela evolução necessária para acompanhar o crescimento populacional explosivo das cidades”, afirmou Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do requerimento da audiência que discutiu, ontem, os investimentos do governo federal nos sistemas de trens metropolitanos do país.

O senador observou que a situação do transporte de massa no Brasil, não só a dos metrôs, mas também a dos ônibus, não atende às necessidades da população.

Murad: é preciso atrair os usuários

Segundo o diretor da concessionária SuperVia, Amim Murad – um dos participantes da audiência na CI –, os gastos com energia elétrica representam 25% do custo operacional do setor metroferroviário do país.

– Precisamos equilibrar as concessões de energia elétrica para reduzir o preço das passagens de trens, que já são mais baratas se comparadas com as de ônibus e vans. E, para reconquistar os usuários, também é preciso tornar o metrô mais atraente e confortável – argumentou.

Valter Pereira teme irregularidades

Durante os debates sobre trens urbanos, Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que há indícios de que algum assessor do Ministério das Cidades tenha passado informações privilegiadas ao deputado Vander Loubet (PT-MS). Segundo o senador, Loubet declarou à imprensa que, juntamente com o prefeito Nelson Trad, conseguiu inserir Campo Grande nas obras do PAC, obtendo recursos da ordem de R\$ 70 milhões.

O ministro Márcio Fortes respondeu informando que nenhum projeto do PAC foi ainda aprovado.